VERSÃO PARA ANÁLISE DA CASA CIVIL

DECRETO N. XXX DE XXX DE XXX DE 2017

Dispõe sobre a autorização de supressão de vegetação nativa, a reposição e compensação florestal, o manejo da arborização urbana em áreas verdes públicas e privadas e a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos situados no âmbito do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 100, VII, e em cumprimento ao disposto no art.16, incisos IV e V, art.188, incisos I e IX, art. 279, incisos I, III, IV, VIII, XI e XVI, artigos 297, 298 e 299, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal; art. 170, VI e art. 225, § 1º, I da Constituição Federal; bem como o disposto nos artigos 26, 27 e 33 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, nos artigos 4º, d, 17, 43, 44 e 45 da Lei Distrital no 3031, de 18 de julho de 2002 e demais legislação distrital de proteção à vegetação nativa DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Este Decreto estabelece as regras, critérios e procedimentos administrativos para a concessão de autorização de supressão de vegetação nativa, para a reposição e compensação por supressão de vegetação nativa ou exótica, para o manejo de áreas verdes urbanas, para o manejo de indivíduos arbóreos situados em imóveis particulares e para a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos situados no âmbito do Distrito Federal.

Art.2º-Para os fins previstos neste Decreto entende-se por:

I - área de uso alternativo do solo efetivamente utilizada: aquela que se encontra com uso pecuário, agrícola ou silvicultural atual ou em regime de pousio a no máximo cinco anos;

II - área de uso alternativo do solo: área desprovida de vegetação nativa, salvo a presença de árvores isoladas, destinada ao uso alternativo do solo e devidamente caracterizada como tal no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

III - área degradada: área que se encontra alterada em função de impacto antrópico, sem capacidade de regeneração natural;

IV - área não degradada: área com alto ou médio grau de resiliência, na qual a vegetação nativa está preservada ou é capaz de se regenerar sem necessidade de intervenção humana;

V - área alterada: área que se encontra alterada em função de impacto antrópico, com capacidade de regeneração natural

VI - Área Verde Urbana: espaços livres de uso público, excluídas as Unidades de Conservação e Parques de Uso Múltiplo, localizados na Macrozona Urbana, tal como definida no Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da

qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais, tais como praças, parques, canteiros, calçadas, dentre outros;

VII - Área de Preservação Permanente – APP do mesmo gênero: aquelas que têm como função ecológica proteger o mesmo tipo de bem ambiental, sendo qualificadas como:

- a) de proteção a áreas ripárias, tal como previstas nos incisos I a III do art.4º da Lei Federal 12651/12;
- b) de proteção a áreas úmidas, tal como previstas nos incisos IV e XI do art.4º da Lei Federal 12651/12;
- c) de proteção à estabilidade geológica, tal como previstas nos incisos V, VIII e IX do art.4º da Lei Federal 12651/12.

VIII - Árvores Isoladas: indivíduos arbóreos-arbustivos situados em área de uso alternativo do solo, ou em área urbana, fora de remanescentes de vegetação nativa, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados;

IX - Autorização ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, que por serem considerados de menor potencial poluidor não são submetidos ao processo de licenciamento ambiental, mas necessitam anuência do órgão competente;

X - Autorização para Supressão de Vegetação Nativa - ASV: ato administrativo pelo qual o órgão competente autoriza pessoa física ou jurídica a suprimir indivíduos arbóreos isolados ou remanescentes de vegetação nativa do Bioma Cerrado em áreas previamente delimitadas;

XI - Compensação Florestal Urbana: ações de plantio de indivíduos arbóreos em áreas verdes urbanas devidas em razão da supressão de indivíduos arbóreos, nativos ou exóticos, localizados em área verde urbana para a instalação de obras de utilidade pública ou interesse social;

XII - Compensação Florestal: ações de conservação ou recuperação da vegetação nativa, devidas em razão da supressão de indivíduos ou de remanescentes de vegetação nativa em função de parcelamento do solo, obra ou edificação para fins urbanos;

XIII – Espécie Nativa: espécie encontrada naturalmente no Bioma Cerrado.

XIV - Espécie ameaçada de extinção no Bioma Cerrado: toda espécie da flora que ocorre naturalmente no Bioma Cerrado e conste da listagem oficial de espécies ameaçadas de extinção publicada pelo Ministério do Meio Ambiente ou pelo órgão distrital competente;

XV - Espécie Exótica: espécie nativa do Brasil ou do exterior não encontrada naturalmente no Bioma Cerrado;

XVI - Fitofisionomias do Bioma Cerrado: tipos de vegetação com estrutura e composição de espécies característica do Bioma Cerrado, incluindo as fitofisionomias campestres, savânicas e florestais;

XVI - Indivíduo arbóreo-arbustivo: palmeira ou indivíduo lenhoso com diâmetro do caule maior ou igual a cinco centímetros medido a trinta centímetros do solo ($DA_{30cm} \geq 5,0cm$);

XVIII - Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas

efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares;

XIX - Lotes particulares regularizados: terrenos resultantes de projeto de parcelamento do solo urbano que tenha sido objeto de aprovação pela autoridade competente.

XX - Material Propagativo: sementes, plântulas, raízes e banco de sementes;

XXI – Obra ou edificação para fins urbanos: toda e qualquer obra ou edificação que implique na impermeabilização do solo ou na supressão da vegetação nativa e seja destinada:

- a) ao uso habitacional, comercial, recreativo ou industrial;
- b) ao provimento de infraestrutura de transporte;
- c) à geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica;
- d) à extração mineral;
- e) à coleta, transporte e tratamento de esgotamento sanitário;
- f) ao tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos);
- g) à captação, tratamento e transporte de água;
- h) ao tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas;
- i) à criação de animais;
- j) outros similares definidos em Instrução Normativa do IBRAM.

XXII - Parcelamento do Solo: loteamento ou desmembramento de glebas para fins de edificação, tal como definido no art.2º da Lei Federal nº 6766/79;

XXIII - Projeto de Recomposição de Área Degradada ou Alterada (PRADA): instrumento de planejamento das ações de recomposição da vegetação nativa em APP e RL degradada ou alterada, incluindo atividades de monitoramento, o qual deve conter metodologias, cronograma e insumos a serem utilizados;

XXIV - Remanescente de Vegetação Nativa: área com vegetação nativa primária ou em regeneração que não esteja em regime de pousio, tal como definido no art. 3º, inciso XXIV da Lei Federal nº 12651/12 , que tenha pelo menos 50% do solo coberto com indivíduos (árvores, arbustos, palmeiras ou gramíneas) nativos;

XXV - Reposição florestal: compensação do volume de matéria prima extraído de vegetação nativa no Distrito Federal em função de conversão do uso do solo para fins agropecuários pelo volume de matéria-prima resultante de plantio florestal para geração de estoque ou recuperação de cobertura florestal;

XXVI - Reserva Legal Adicional: parcela da Reserva Legal de determinado imóvel rural que incida sobre área adicional aos 20% mínimos estabelecidos pela Lei Federal 12651/12;

XXVII - Reserva Particular do Patrimônio Natural: categoria de unidade de conservação prevista no art.21 da Lei Federal nº 9985/00, instituída voluntariamente pelo proprietário de área pública ou privada, a qual é gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica;

XXVIII - Servidão Administrativa: área destinada à passagem de dutos, cabos, torres de transmissão e distribuição de energia, dentre outros equipamentos cuja instalação for previamente declarada como de utilidade pública pela autoridade competente;

XXIX - Servidão Ambiental: renúncia voluntária do proprietário ou legítimo possuidor de imóvel rural ao direito de uso, exploração ou supressão dos recursos naturais existentes em seu imóvel, ou em parte deste, para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, previsto no art.9º-A da Lei Federal 6938/81;

XXX - uso alternativo do solo: a substituição da vegetação nativa por outras coberturas do solo, tais como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão/distribuição de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana, dentre outros;

XXXI - vegetação nativa: comunidade vegetal naturalmente estabelecida e composta por espécies autóctones que o correm naturalmente no Bioma Cerrado.

CAPÍTULO II – DA SUPRESSÃO DE REMANESCENTES DE VEGETAÇÃO NATIVA PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO

Art.3º A supressão de remanescentes de vegetação nativa situados em área urbana ou rural para uso alternativo do solo dependerá de prévia Autorização para Supressão de Vegetação Nativa emitida pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM e de compensação ou reposição florestal, na forma deste decreto.

§1º O requerimento de Autorização para Supressão de Vegetação Nativa deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - número de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR do imóvel no qual haverá a supressão, quando localizado em área rural;
- II – mapa georreferenciado do imóvel, quando localizado em área urbana; -
- III– inventário florestal elaborado segundo os critérios técnicos definidos pelo IBRAM;
- IV – o uso alternativo pretendido na área a ser convertida;
- V – comprovação, quando se tratar de imóvel rural, de que as áreas já convertidas no imóvel estão sendo efetivamente utilizadas de maneira produtiva e sustentável;
- VI – proposta de compensação ou reposição florestal.

§ 2º Somente será emitida nova a utorização de supressão de vegetação nativa depois de comprovada a efetiva utilização de áreas já convertidas.

§3º Não será autorizada a conversão de vegetação nativa nas áreas identificadas como de raridade extremamente alta no Mapa de Áreas Prioritárias à Conservação e Recomposição do Cerrado no Distrito Federal.

§4º A critério do IBRAM, as supressões de vegetação nativa vinculadas a procedimento de licenciamento ambiental poderão ser autorizados no corpo da licença, desde que cumpridas as condições definidas neste artigo.

§5º O IBRAM poderá definir, em ato próprio, informações adicionais que devem acompanhar o requerimento de Autorização para Supressão de Vegetação Nativa, bem como estabelecer procedimento simplificado para supressão de áreas inferiores a 2 (dois) hectares.

§6º O IBRAM definirá, em ato próprio, a partir de consulta com a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, os indicadores a serem utilizados para avaliar o uso produtivo e sustentável das áreas convertidas.

§7º O requerimento e a concessão de Autorização para Supressão de Vegetação Nativa deverão ser informados no registro do imóvel rural no CAR.

§8º O IBRAM manterá em seu sítio na internet, acessível ao público, respeitado o prazo previsto no art.35, cópias das autorizações para supressão de vegetação nativa por ele emitidas, as quais deverão conter no mínimo as seguintes informações:

- I – nome e dados de identificação do beneficiado;

II – número de registro do imóvel rural no CAR;

III – tamanho e localização georreferenciada da área convertida.

Art.4º É obrigatória a utilização do material lenhoso e do material propagativo proveniente de supressão para fins de uso alternativo do solo, podendo o empreendedor emprega-lo no próprio imóvel, doar ou vender.

Parágrafo único. A utilização de material propagativo seguirá normas próprias editadas pelo IBRAM.

Art. 5º A supressão da vegetação secundária oriunda de regeneração natural, situada em área de uso alternativo do solo em pousio ou coberta por reflorestamento homogêneo, não dependerá de autorização e não implicará em compensação florestal, desde que previamente declarada ao IBRAM e a área não tenha sido irregularmente convertida em sua origem.

§1º A declaração de supressão deverá ocorrer com no mínimo 1 (um) mês de antecedência.

§2º A supressão feita sem declaração prévia, ou cuja declaração tenha desrespeitado o prazo estabelecido no §1º, será considerada irregular, sujeitando o titular do imóvel às sanções administrativas pertinentes.

§3º O IBRAM disponibilizará formulário eletrônico, acessível pela internet, para o registro da declaração prevista no caput, a qual deverá ser integrada ao registro do imóvel no CAR.

Art. 6º Todo remanescente de vegetação nativa existente em área rural sem uso agropecuário ou silvicultural há mais de cinco anos, em qualquer estágio de regeneração, só poderá ser suprimida com autorização prévia e conseqüente compensação ou reposição florestal.

Art. 7º O transporte, por qualquer meio, e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos florestais oriundos de florestas de espécies nativas do Brasil, para fins comerciais ou industriais, requerem licença emitida pelo IBRAM, a qual será formalizada por meio da emissão do Documento de Origem Florestal - DOF, que deverá acompanhar o material até o destino final.

CAPÍTULO III – DA EXPLORAÇÃO E SUPRESSÃO DE ESPÉCIES NATIVAS PLANTADAS EM ÁREA DE USO ALTERNATIVO DO SOLO

Art. 8º O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo não depende de autorização prévia, compensação ou reposição florestal, desde que o plantio esteja previamente registrado junto ao IBRAM e a exploração seja previamente declarada para fins de controle de origem.

§1º O plantio deve ser registrado em até 1 (um) ano de sua implantação.

§2º O IBRAM definirá, em ato próprio, os critérios para o registro dos plantios e a declaração de exploração, que deverá ser realizada com no mínimo 3 (três) meses de antecedência.

§3º O transporte do material lenhoso proveniente da exploração, bem como de produtos dele derivados, dependerá da prévia emissão do Documento de Origem Florestal – DOF.

§4º Os plantios que não forem declarados no prazo estabelecido no §1º dependerão de autorização para sua supressão ou exploração caso não consigam comprovar sua origem.

§5º Os plantios realizados antes da entrada em vigor deste decreto se sujeitarão à regra estabelecida no §4º.

§6º As informações sobre o plantio e a exploração de espécies nativas em imóveis rurais deve ser integrada ao registro do imóvel no CAR.

CAPÍTULO IV – DA SUPRESSÃO DE ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREA RURAL

Art.9º A supressão de árvores isoladas realizada pelo próprio titular ou legítimo possuidor do imóvel rural, em área de uso alternativo do solo, para fins de manejo da área e utilização do material lenhoso no próprio imóvel, não dependerá de autorização e não gerará obrigação de compensação ou reposição florestal, desde que previamente declarada ao IBRAM.

§1º A declaração de supressão deverá ocorrer com no mínimo 1 (um) mês de antecedência da data prevista para a supressão.

§2º A supressão feita sem declaração prévia, ou cuja declaração tenha desrespeitado o prazo estabelecido no §1º, será considerada irregular, sujeitando o titular do imóvel às sanções administrativas pertinentes.

§3º O IBRAM disponibilizará formulário eletrônico, acessível pela internet, para o registro da declaração de supressão de árvores isoladas, o qual deverá ser integrado ao registro do imóvel no CAR.

Art.10 A supressão de árvores isoladas, de espécies nativas, localizadas em área de uso alternativo do solo para fins de instalação de servidão administrativa, desde que não haja a impermeabilização da área, dependerá de autorização prévia e compensação florestal, nas seguintes proporções:

I - Supressão de até 500 indivíduos: compensação de 15 indivíduos para cada indivíduo suprimido;

II – Supressão de 501 a 1000 indivíduos: compensação de 20 indivíduos para cada indivíduo suprimido;

III – Supressão de mais de 1000 indivíduos: compensação de 30 indivíduos para cada indivíduo suprimido;

§1º A compensação prevista neste artigo poderá ser efetivada por qualquer dos meios previstos no artigo 15.

§2º Quando a compensação ocorrer por meio da conservação ou recomposição da vegetação nativa, a Área de Supressão, tal como definida no Anexo I, será calculada de acordo com a fórmula:

$$AS = (\text{número de indivíduos devidos a título de compensação}) \div 8000$$

§3º Na hipótese do §2º o Q_{vn} utilizado para se calcular o Fator Passivo será o médio, tal como estabelecido na Tabela 2 do Anexo I, e o Prd o definido para a área na qual houve a supressão.

§4º Quando a compensação ocorrer por meio da conversão em recursos financeiros, prevista no inciso IV do art.15, ela será calculada com base nos critérios estabelecidos no Anexo III.

§5º Quando houver a supressão de indivíduos de espécies nativas ameaçadas de extinção o empreendedor deverá adotar ações de salvaguarda por ele definidas, desde que previamente aprovadas pelo IBRAM.

Art.11 O manejo da regeneração em servidões administrativas destinadas à passagem de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, de telecomunicações, rede de transporte de água, esgoto ou combustíveis, margens de rodovias e outros assemelhados, desde que sua instalação tenha sido previamente licenciada ou autorizada, independe de autorização ou compensação, mas depende de declaração prévia ao IBRAM, por meio do formulário eletrônico.

CAPÍTULO V – DACOMPENSAÇÃO FLORESTAL POR SUPRESSÃO DE REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA SITUADA EM ÁREA URBANA OU RURAL

Art.12 A conversão de remanescente de vegetação nativa situado em área urbana ou rural para implantação de parcelamento do solo ou edificação para fins urbanos dependerá, além da autorização prevista no art.3º, de compensação florestal.

Parágrafo único. São consideradas conversões insignificantes, que não geram a obrigação de compensação, aquelas que implicarem na supressão de no máximo 5 (cinco) indivíduos arbóreos ou, quando em área rural, a impermeabilização de no máximo 1000 m² (mil metros quadrados).

Art.13 A compensação florestal tem como objetivo assegurar, em outra área, a permanência ou recuperação das funções ambientais perdidas com a conversão da vegetação nativa para implantação de parcelamento do solo ou edificação para fins urbanos e alcançar a meta de manutenção de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do território do Distrito Federal com cobertura nativa estipulada no art.4º, d da Lei Distrital 3031/02.

Art.14 A compensação florestal ocorrerá por meio da conservação ou recuperação de outra área com vegetação nativa e será calculada de acordo com os seguintes fatores:

I – o tamanho da área onde haverá a supressão da vegetação nativa;

II – a localização da área onde haverá a supressão da vegetação nativa e da área onde se realizará a compensação no Mapa de Áreas Prioritárias à Conservação e Recomposição do Cerrado no Distrito Federal;

III – o grau de conservação da vegetação que será suprimida e daquela onde haverá a compensação;

IV – a raridade da fitofisionomia na qual haverá a compensação.

§1º Os critérios para calcular o tamanho da área a ser compensada, levando em consideração os fatores definidos no caput, estão descritos no Anexo I.

§2º Áreas que tenham sido legalmente convertidas ao uso agropecuário ou silvicultural, quando utilizadas para implantação de parcelamento do solo ou edificação para fins urbanos, serão consideradas, para fins da incidência da compensação florestal, vegetação com baixo grau de conservação, na forma da Tabela 2 do Anexo I.

§3º No caso em que o parcelamento do solo ou edificação para fins urbanos vier a ser implantada sobre área na qual houve conversão da vegetação nativa ao uso agropecuário sem prévia autorização e reposição florestal, se considerará que houve

conversão de vegetação nativa com alto grau de conservação, na forma da Tabela 2 do Anexo I.

Art.15 A compensação florestal se concretizará por meio de uma ou mais das seguintes modalidades:

I - recomposição de Área de Preservação Permanente – APP ou Reserva Legal - RL de imóveis rurais que se situem em áreas de muito alta ou alta prioridade para a conservação e recomposição do Cerrado no Distrito Federal e que tenham sido desmatadas até 22 de julho de 2008;

II – recomposição da vegetação nativa em Unidade de Conservação de domínio público;

III– recomposição ou preservação voluntária de remanescentes de vegetação nativa em imóvel rural, desde que protegida por meio de Servidão Ambiental, Reserva Legal Adicional ou Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN;

IV– conversão em recursos financeiros, com recolhimento de valor equivalente ao Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal e ao IBRAM.

V – Doação de área para fins de criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral.

§1º Se a supressão ocorrer em APP, a compensação deverá ser necessariamente por meio de recomposição de outra APP do mesmo gênero, situada preferencialmente na mesma unidade hidrográfica, de acordo com o mecanismo de cálculo estipulado no item 3 do Anexo I.

§2º Não será permitida a duplicidade de compensação sobre uma mesma área, embora possa haver duas ou mais compensações relativas a áreas distintas do mesmo imóvel.

§3º A decisão sobre a modalidade de compensação florestal a ser efetivada cabe exclusivamente ao empreendedor, devendo o IBRAM apenas aferir se a proposta por ele apresentada cumpre com os requisitos previstos neste decreto.

Art.16 A modalidade de compensação prevista no inciso I do caput do art.15 só poderá ocorrer em imóveis devidamente registrados no Cadastro Ambiental Rural – CAR, cujos titulares tenham assinado Termo de Compromisso de Regularização Ambiental – TCRA junto ao IBRAM e tenham se comprometido a não manter área rural consolidada incidente sobre APP ou RL.

§ 1º O uso da compensação florestal para a finalidade prevista no caput dependerá de solicitação do proprietário ou legítimo possuidor do imóvel rural, da assinatura de Termo de Compromisso entre este e o devedor da compensação florestal e da homologação pelo IBRAM.

§ 2º O Termo de Compromisso mencionado no §1º deve estabelecer, no mínimo:

I – a responsabilidade do devedor da compensação florestal em:

- a) elaborar e implantar o PRADA, podendo haver compartilhamento de custos com o proprietário ou legítimo possuidor no caso de recomposição de área maior do que a devida a título de compensação;
- b) monitorar periodicamente a evolução da recomposição na área, incluindo eventual necessidade de replantio parcial ou total, até seu reestabelecimento à condição de não degradada;
- c) apoiar material ou financeiramente o proprietário ou legítimo possuidor na construção e manutenção de aceiros, cercas e outros equipamentos necessários para impedir incêndios, presença de gado e a ocorrência de outros eventos que possam atrapalhar ou impedir a recomposição da área.

II – a responsabilidade do proprietário ou legítimo possuidor do imóvel rural:

a) pela implementação periódica de ações de proteção da área em recomposição contra fatores de perturbação, tais como incêndios, presença de gado, espécies invasoras, dentre outras que forem relevantes para o sucesso da recomposição da área;

b) pelo cuidado permanente da área após a quitação da compensação pelo IBRAM.

§ 3º O IBRAM manterá disponível em seu sítio da internet sistema específico com as informações atualizadas dos imóveis rurais situados em áreas de muito alta e alta prioridade para conservação e recomposição da vegetação nativa que tenham solicitado o uso da compensação florestal.

§4º Poderão ser utilizadas para fins de compensação florestal APPs e RLs que já estejam em processo de recomposição antes da assinatura do Termo de Compromisso e da homologação previstos no §1º, desde que se enquadrem nas condições estipuladas no caput.

§5º Na hipótese do parágrafo anterior o Termo de Compromisso assinado entre o proprietário ou legítimo possuidor da área em recomposição e o devedor da compensação florestal pode trazer para estas condições distintas das estipuladas no inciso I do §2º.

Art.17 São considerados métodos válidos de recomposição de áreas degradadas ou alteradas em APP, RL ou Unidade de Conservação:

I – condução da regeneração natural de espécies nativas;

II – plantio de espécies nativas;

III – plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

IV – plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo exóticas com nativas de ocorrência regional;

V – transposição de camada superficial do solo (“top-soil”);

VI – implantação de sistemas agroflorestais que conjuguem espécies nativas e exóticas ou que utilizem exclusivamente espécies nativas;

VII – outros métodos experimentais aprovados pelo IBRAM.

§ 1º A metodologia de recomposição da vegetação nativa na área degradada ou alterada deve ser compatível com o diagnóstico ambiental da área, levando-se em conta as restrições legais sobre ela incidentes.

§ 2º Para os métodos a que se referem os incisos II e III, poderá ser realizado o cultivo intercalar temporário de espécies exóticas, sem potencial de invasão, herbáceas ou arbustivas, tais como culturas agrícolas ou espécies de adubação verde, como estratégia de manutenção da área a fim de auxiliar o controle de gramíneas com potencial de invasão, melhorar as propriedades do solo e favorecer o estabelecimento da vegetação nativa.

§ 3º O IBRAM definirá, em ato próprio, critérios objetivos para aferição dos resultados do processo de recomposição de áreas degradadas e alteradas, bem como procedimentos para a elaboração e prazos para a entrega dos relatórios de monitoramento.

§ 4º Os métodos previstos nos incisos IV e VI, quando utilizados para a recomposição de APPs, poderão ser aplicados apenas quando estas estejam situadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares, podendo também ser utilizados para recompor RLs desmatadas anteriormente a 22 de julho de 2008 ou áreas protegidas a título de servidão ambiental.

§ 5º Em todos os casos a recomposição da área degradada ou alterada deverá garantir a proteção do solo contra processos erosivos, a infiltração da água no solo, o

restabelecimento do processo de regeneração natural da vegetação, habitat para espécies da fauna nativa e a presença de diversidade mínima de espécies da flora nativa, mesmo que não tenha como objetivo restabelecer a fitofisionomia originalmente existente no local.

Art.18 A modalidade de compensação prevista no inciso III do caput do art.15 poderá ser efetivada mediante:

I - aquisição, pelo devedor, de Cotas de Reserva Ambiental – CRAs, previstas no art. 44 da Lei Federal nº 12651/12;

II – instituição, pelo devedor da compensação, de Servidão Ambiental, Reserva Legal Adicional ou Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN em imóvel próprio;

III – instituição, por terceiros, de Servidão Ambiental ou Reserva Legal Adicional em imóvel próprio, desde que seja comprovado que o proprietário ou legítimo possuidor da área esteja de acordo com seu uso para fins de quitação daquela obrigação específica de compensação florestal.

§1º Será permitida a compensação por meio de servidões ambientais temporárias, mas haverá um acréscimo de área nas seguintes proporções:

I – servidões de 15 anos: área 30% maior em relação às servidões de caráter perpétuo;

II - servidões de 20 anos: área 20% maior em relação às servidões de caráter perpétuo;

III - servidões de 25 anos: área 10% maior em relação às servidões de caráter perpétuo;

IV – servidões de 30 anos ou mais: área 5% maior em relação às servidões de caráter perpétuo.

§2º Só serão aceitas, para fins de compensação florestal, servidões ambientais com prazos de validade que sejam múltiplos de cinco.

§3º Em qualquer hipótese o imóvel no qual ocorrerá a compensação deve estar devidamente registrado no CAR.

§4º Não serão aceitas compensações florestais em áreas que já estejam sendo utilizadas para fins de compensação de Reserva Legal, na forma do §5º do art.66 da Lei Federal nº 12651/12.

Art.19 A conversão da compensação em recursos financeiros, prevista no inciso IV do art.15, ocorrerá de acordo com o método de cálculo estabelecido no Anexo III.

§ 1º Não será permitida a conversão de mais do que 50% (cinquenta por cento) da obrigação de compensação em recursos financeiros, salvo para os casos de conversão de remanescente de vegetação nativa ocorrida em área inferior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados), os quais não terão limite para conversão.

§ 2º Os valores depositados, a título de compensação florestal, no Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal – FUNAM, corresponderão a 50% do montante convertido em recursos financeiros, têm natureza de receita vinculada e serão utilizados exclusivamente para atender as finalidades previstas neste artigo, ainda que em exercício diverso daquele no qual ocorrer o ingresso, como disposto no art.8º, parágrafo único da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

§3º Os valores disponíveis para compensação florestal serão incluídos como Despesas Obrigatórias em Anexo Específico da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§4º O FUNAM abrirá rubrica específica para receber os recursos da compensação florestal e poderá destina-los exclusivamente para as seguintes finalidades:

I – recomposição da vegetação nativa em Área de Preservação Permanente – APP ou Reserva Legal - RL de imóveis rurais que se situem em áreas de muito alta ou alta prioridade para a conservação e recomposição do Cerrado no Distrito Federal e que tenham sido desmatadas até 22 de julho de 2008;

II – recomposição da vegetação nativa em Unidade de Conservação de domínio público;

III – recomposição da vegetação nativa em área de uso alternativo do solo de imóveis situados em áreas de muito alta ou alta prioridade para a conservação e recomposição do Cerrado no Distrito Federal, desde que estejam protegidas a título de Servidão Ambiental, Reserva Legal adicional ou RPPN;

IV – aquisição, pelo Governo do Distrito Federal, de Cotas de Reserva Ambiental – CRA relativas a imóveis situados em áreas de muito alta ou alta prioridade para a conservação e recomposição do Cerrado no Distrito Federal;

V – promoção de ações e aquisição de equipamentos destinados à prevenção e combate a incêndios florestais, tanto em áreas públicas como particulares;

VI – capacitação de agricultores e profissionais da restauração em métodos e técnicas de recomposição da vegetação nativa;

VII – contratação de assistência técnica para apoiar a recomposição da vegetação nativa em pequenas propriedades e posses rurais;

VIII – produção e difusão de conhecimento relativo à recomposição da vegetação nativa do Cerrado;

IX – instituição de prêmios e incentivos ao incremento da arborização urbana em lotes particulares;

§5º O FUNAM adotará um Plano Estratégico de Investimento em Conservação e Recuperação do Cerrado, a ser revisado periodicamente, o qual indicará as prioridades de gastos dos recursos da compensação florestal, respeitados os usos estabelecidos no §4º.

§6º Os recursos destinados ao IBRAM serão utilizados na promoção de ações, aquisição de equipamentos e prestação de serviços destinados à gestão florestal realizada pelo órgão, segundo regulamentação específica.

§7º O FUNAM manterá rubrica e Plano de Trabalho destinado exclusivamente à implementação do Plano Diretor de Arborização Urbana previsto no art.24.

Art.20 A aprovação, pelo IBRAM, da proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor é condição para a emissão da Autorização para Supressão de Vegetação Nativa ou, quando esta for concedida no âmbito do licenciamento ambiental, para a emissão da Licença de Instalação ou equivalente.

§ 1º O empreendedor, antes da emissão da licença ou autorização, assinará com o IBRAM Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF, que terá força de título executivo extrajudicial, através do qual se comprometerá a implementar, em até 6 (seis) meses de sua assinatura, a proposta de compensação florestal previamente aprovada.

§ 2º Quando a compensação ocorrer por meio da recomposição da vegetação nativa seu processo de implantação deverá ter início no máximo no período chuvoso do ano subsequente à assinatura do TCCF e deverá ser finalizado em até 18 (dezoito) meses, sem prejuízo do monitoramento e dos tratamentos culturais futuros necessários ao pleno reestabelecimento da área à condição de não degradada, quando a obrigação de recomposição será considerada concluída.

§3º O descumprimento do TCCF, se decorrente de culpa do empreendedor, implicará na revogação da autorização ou licença ambiental emitida, bem como na aplicação de multa

contratual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado da compensação, condição esta que deverá constar do termo.

Art. 21 A compensação florestal será considerada concluída:

I – com a entrega, pelo empreendedor, das Cotas de Reserva Ambiental por ele adquiridas;

II – com a comprovação, pelo empreendedor, da instituição de Servidão Ambiental ou Reserva Legal Adicional em imóvel próprio;

III – com a comprovação, pelo empreendedor, da instituição de Servidão Ambiental ou Reserva Legal Adicional em imóvel de terceiros e apresentação do instrumento particular que vincula essa instituição à quitação da obrigação de compensação florestal a cargo do empreendedor;

IV – com a comprovação, pelo empreendedor, de que a obrigação de recomposição foi concluída, o que ocorrerá quando a área objeto de recomposição cumprir com os parâmetros exigidos na regulamentação específica e, por consequência, retornar à condição de não degradada;

V – com a comprovação, pelo empreendedor, do repasse ao FUNAM dos valores devidos a título de compensação.

VI – com a incorporação da área ao patrimônio do órgão ambiental competente no caso de doação para fins de criação de Unidade de Conservação.

§ 1º O IBRAM dará uma declaração de quitação ao empreendedor quando verificar que a compensação foi concluída, o que ocorrerá em até 6 (seis) meses da entrega da documentação final por parte do interessado.

§ 2º A eventual desconstituição antes do tempo da CRA, Servidão Ambiental ou da Reserva Legal Adicional que tenham sido utilizadas para fins de compensação florestal implicará na reassunção da obrigação pelo empreendedor, que deverá firmar, em até 6 (seis) meses, novo Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF.

§ 3º Uma vez quitada a obrigação de compensação florestal, com exceção das hipóteses previstas no § 2º, o empreendedor não tem mais responsabilidade pela conservação da área, recaindo esta ao proprietário ou legítimo possuidor do imóvel no qual estiver localizada a APP, RL, servidão ambiental ou UC.

CAPÍTULO VI – DA REPOSIÇÃO FLORESTAL

Art. 22 São obrigadas à reposição florestal as pessoas físicas ou jurídicas que promovam a conversão de remanescentes de vegetação nativa para fins de uso agropecuário ou silvicultural.

§1º A reposição florestal ocorrerá por meio da recomposição da vegetação nativa, na forma prevista no art.16, ou por meio da conversão em recursos financeiros, na forma prevista no art.19.

§2º O cálculo da área a ser repostada será feito de acordo com método descrito no Anexo I.

§3º O cálculo do valor a ser convertido em recursos financeiros será feito de acordo com o método descrito no Anexo III.

§4º No caso em que a conversão da vegetação nativa ao uso agropecuário ou silvicultural ocorrer sem a prévia autorização, se considerará que houve conversão de vegetação nativa com alto grau de conservação, na forma da Tabela 2 do Anexo I

Art.23. A conservação ou recomposição da vegetação nativa realizada a título de compensação florestal, na forma do capítulo V, será considerada, para todos os fins, como a reposição florestal do empreendimento.

CAPÍTULO VII – DO MANEJO DA ARBORIZAÇÃO EM ÁREAS VERDES URBANAS

Art.24 O plantio, manejo e supressão de indivíduos arbóreos nas áreas verdes urbanas, para fins de paisagismo, são de responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP.

§1º A poda e supressão de indivíduos arbóreos nas áreas verdes urbanas, quando realizado pela NOVACAP ou seus prepostos, para os fins previstos neste artigo, não depende de autorização específica e não gera obrigação de compensação, salvo quando ocorrer em remanescente de vegetação nativa, hipótese na qual dependerá de autorização do IBRAM.

§2º A NOVACAP deve manejar as áreas verdes urbanas de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana de forma a:

I - preservar a sanidade e as funções ambientais prestadas pelos indivíduos arbóreos situados em área urbana, como amenização do microclima, embelezamento da paisagem, atração e abrigo da fauna, dentre outros;

II - manter ou aumentar índice arborização na região sob sua gestão.

§3º A supressão de indivíduos arbóreos localizados nas áreas verdes urbanas só será realizada quando, mediante laudo técnico, se comprovar que estes:

I – causem ou possam causar dano relevante a edificações ou equipamentos, públicos ou particulares, cuja reparação seja impossível sem a supressão;

II – apresentem problemas fitossanitários ou morfoestruturais que impliquem risco de queda;

III - causem obstrução incontornável à realização de obra de utilidade pública ou interesse social;

IV – causem dano à saúde dos cidadãos;

V – estejam em desacordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana.

§4º É vedada a poda excessiva ou drástica de indivíduos arbóreos localizados nas áreas verdes urbanas, sendo ela compreendida como:

I - corte de mais de 50% (cinquenta por cento) do total da massa verde da copa;

II - corte da parte superior da copa, eliminando a gema apical;

III - corte de somente um lado da copa, ocasionando o desequilíbrio estrutural da árvore.

§5º Quando forem constatados problemas fitossanitários ou riscos imediatos à população, comprovados por laudo técnico, poderá a NOVACAP executar a poda drástica.

§6º Poderão ser credenciados, pela NOVACAP, cidadãos que, uma vez capacitados, terão autorização para fazer voluntariamente poda de árvores situadas em regiões pré-estabelecidas, desde que de acordo com as condições dispostas no §4º e no Plano Diretor de Arborização Urbana.

§7º A NOVACAP poderá realizar acordos com as Administrações Regionais para que estas possam realizar o manejo das áreas verdes urbanas em suas regiões de abrangência, desde que elas tenham condições de seguir o Plano Diretor de Arborização Urbana, os padrões de qualidade determinados pela NOVACAP e os parâmetros do §4º.

§8º O Plano Diretor de Arborização Urbana será elaborado e aprovado conjuntamente pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, NOVACAP e SEMA, devendo conter no mínimo:

I – Identificação das regiões nas quais:

- a) é necessário o aumento da arborização para se atingir índices desejáveis de área verde por habitante;
- b) a qualificação da arborização é necessária para melhorar a permeabilidade do solo, sobretudo nas áreas de risco muito alto e alto de perda de recarga de aquíferos;
- c) a qualificação da arborização é necessária para aumentar a permeabilidade ecológica e o fluxo gênico;
- d) a qualificação da arborização pode colaborar com a melhoria do microclima urbano e mitigar ilhas de calor;

II – Estratégia para a qualificação das áreas verdes urbanas nas regiões identificadas de acordo com o inciso I;

III – Estratégia para a implementação de áreas verdes intraurbanas e aumento da arborização, conforme indicação do Zoneamento Ecológico Econômico;

IV – identificação e cadastro dos maciços vegetais e indivíduos que por sua função urbanística, histórica, paisagística ou ecológica devem ser mantidos e adequadamente manejados;

V – identificação das espécies mais apropriadas para compor a arborização urbana, tendo em vista sua adaptação às condições ambientais locais e as funções estéticas, culturais e ambientais que devem prestar;

VI – outras estratégias de manutenção e qualificação das áreas verdes urbanas que potencializem o papel prestado pela arborização na qualidade de vida dos cidadãos do Distrito Federal.

Art.25 A implantação de obras, empreendimentos ou atividades de interesse social ou utilidade pública que impliquem na supressão ou poda de indivíduos arbóreos, nativos ou exóticos, situados em área verde urbana, salvo quando estiverem em remanescente de vegetação nativa, dependerá de autorização prévia da NOVACAP.

§1º Quando a obra, empreendimento ou atividade depender de licença ou autorização ambiental, a autorização para supressão ou poda dos indivíduos arbóreos será de competência do IBRAM, que ouvirá a NOVACAP, e estará vinculada ao ato administrativo.

§2º A poda ou supressão de indivíduos arbóreos pelo concessionário para fins de manutenção de redes de distribuição de energia e comunicação, ou outras que impliquem no manejo periódico da vegetação situada em sua faixa de passagem, é livre de autorização e compensação florestal, desde que a rede tenha tido prévia autorização de instalação e a poda siga padrões de qualidade determinados pela NOVACAP bem como os parâmetros do §4º do art.24.

§3º No caso de redes referidas no §2º que tenham sido dispensadas de autorização ambiental, o concessionário deve pedir autorização para poda à NOVACAP.

§4º A poda inadequada que resultar em danos graves ao indivíduo arbóreo, mesmo que realizada por empresas ou instituições credenciadas, será considerada como supressão para fins deste decreto e gerará a obrigação de compensação.

Art. 26 A supressão de indivíduos arbóreos em área verde urbana para a instalação de obras de utilidade pública ou interesse social sujeitará o empreendedor à compensação florestal urbana, a qual será efetivada mediante depósito de valor correspondente, segundo taxa de conversão definida conjuntamente pela NOVACAP, SEGETH e IBRAM, ao Fundo Único de Meio Ambiente – FUNAM.

§1º A taxa de conversão mencionada no caput levará em consideração a importância da arborização para as diversas regiões da Macrozona Urbana, de acordo com o estabelecido no Plano Diretor de Arborização Urbana, de forma a desincentivar a supressão em regiões carentes de área verde urbana.

§2º Até que a taxa de conversão prevista no §1º seja definida ela será de R\$ 650 (seiscentos e cinquenta reais) por indivíduo arbóreo suprimido, valor que será atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e será oficializado por meio de Portaria do IBRAM. .

§2º Os recursos destinados ao FUNAM deverão ser aplicados em Plano de Trabalho destinado exclusivamente à execução do Plano Diretor de Arborização Urbana e serão utilizados pela NOVACAP.

Art.27 É proibida a pintura, caiação e a fixação de quaisquer objetos em árvores ou arbustos localizados em ambiente urbano no Distrito Federal.

CAPÍTULO VIII – DA SUPRESSÃO DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS EM IMÓVEIS PARTICULARES SITUADOS EM ÁREA URBANA

Art.28 O plantio, poda e supressão de indivíduos arbóreos isolados, nativos ou exóticos, localizados em áreas *non edificandi* no interior de lotes particulares regularizados situados na Macrozona Urbana é livre, não necessitando de informação, autorização ou compensação.

§1º Não se aplica o disposto no caput aos remanescentes de vegetação nativa situados em lotes ainda não urbanizados localizados na Macrozona Urbana, cuja supressão seguirá a regra estipulada no art.3º, nem aos indivíduos declarados imune a corte, cuja supressão seguirá a regra estipulada no art. 30.

§2º O disposto no caput não desobriga o proprietário ou legítimo possuidor do imóvel de seguir os padrões urbanísticos vigentes relativos à manutenção de áreas permeáveis e *non edificandi*.

§3º A compensação florestal devida, nos termos do §1º, pela supressão de indivíduos arbóreos, em qualquer local da Macrozona Urbana, ou de remanescentes de vegetação nativa situados na Zona Urbana Consolidada ou na Zona Urbana do Conjunto Tombado, seguirão a regra estipulada no art.26.

§4º A compensação florestal devida, nos termos do §1º, pela supressão de remanescentes de vegetação nativa situados fora da Zona Urbana Consolidada ou da Zona Urbana do Conjunto Tombado seguirá a regra estipulada no Capítulo V.

§5º Não será devida compensação florestal quando a supressão ocorrer em lote localizado em projeto de parcelamento do solo urbano que já a tenha realizado quando de sua aprovação e implantação.

Art.29 Em caso de perigo aos vizinhos ou transeuntes, ou interferência nas redes de serviços públicos, comprovado por laudo técnico, poderá o órgão de defesa civil exigir do particular que suprima ou pode determinado indivíduo arbóreo.

§1º Caso o particular não realize os tratos necessários, a NOVACAP poderá fazê-lo e cobrar o custo do particular.

§2º Caso a poda ou supressão implique riscos, ou o particular não tenha condições econômicas para custear o serviço, poderá solicitar auxílio à NOVACAP, órgão de defesa civil ou bombeiros, desde que exista um laudo da defesa civil indicando a necessidade do serviço.

CAPÍTULO IX – DA DECLARAÇÃO DE IMUNIDADE AO CORTE DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS OU CONJUNTO DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS

Art. 30 Poderão ser declarados imunes de corte pelo Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM indivíduos arbóreos situados em área pública ou privada, urbana ou rural, sejam eles de espécies nativas ou exóticas, em função de sua raridade, ameaça de extinção, excepcional beleza, importância histórica ou pela condição de portamentos.

§1º Os indivíduos declarados imunes ao corte só poderão ser suprimidos em caso de morte, risco de queda iminente ou para a instalação de obras de utilidade pública ou interesse social, desde que comprovadamente não exista outra alternativa locacional.

§2º Em qualquer hipótese, a supressão de indivíduo declarado imune ao corte dependerá de laudo técnico e autorização do IBRAM, bem como aviso prévio à comunidade, com 30 (trinta) dias de antecedência, por meio de afixação de placa ou faixa informativa próxima ao indivíduo que será suprimido.

§3º Os indivíduos declarados imunes ao corte serão preferencialmente transplantados para outro local apropriado, devendo essa opção ser abdicada apenas no caso de impossibilidade técnica devidamente comprovada por laudo apresentado pelo interessado e aprovado pelo IBRAM.

§4º No caso de supressão para instalação de obras de utilidade pública ou interesse social, e da impossibilidade de transplante, deverá haver a compensação pelo empreendedor, mediante o recolhimento ao FUNAM de valor equivalente aos custos de aquisição, plantio e manutenção, até o estabelecimento, de 60 (sessenta) mudas de espécies arbóreas nativas para cada indivíduo suprimido.

§5º O valor previsto no §4º seguirá a mesma taxa de conversão, por muda a ser plantada, definida no art.26 e seu uso seguirá o disposto no §2º desse artigo.

§6º O Poder Público estabelecerá mecanismo de compensação aos particulares que tenham indivíduos declarados imunes a corte em suas respectivas áreas.

Art.31 O procedimento para ser declarar um ou um conjunto de indivíduos arbóreos como imunes ao corte deverá seguir o seguinte procedimento:

I – abertura de processo administrativo no IBRAM, mediante requerimento fundamentado e subscrito pelo proprietário do imóvel no qual o indivíduo estiver inserido ou por pelo menos 100 (cem) cidadãos;

II – notificação ao proprietário, em caso de área particular, ou à NOVACAP, no caso de parques e jardins públicos, para que em 30 (trinta) dias se manifeste acerca do pedido;

III – realização pelo IBRAM, se julgar conveniente, de consulta pública na região onde se localiza o indivíduo ou conjunto de indivíduos que se pretende proteger;

IV – emissão de parecer conclusivo e motivado do IBRAM que, em sendo positivo, encaminhará o processo para decisão do CONAM.

§1º No caso de proteção em função da raridade ou condição de porta-sementes do indivíduo, o processo poderá ser iniciado de ofício pelo IBRAM.

§2º O IBRAM regulamentará o procedimento em ato próprio.

§3º Os indivíduos declarados imunes ao corte por sua condição de porta-sementes, beleza, raridade ou expressão histórica, com base nos incisos I e II do art.2º do Decreto Distrital nº 14783/93 não perdem essa condição com a entrada em vigor deste decreto.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.32 As disposições estabelecidas neste decreto se aplicam aos empreendimentos que vierem a se instalar após sua entrada em vigor, com exceção daqueles que já tiverem obtido Licença de Instalação ou equivalente antes disso.

§1º Para os empreendimentos não sujeitos a licenciamento ambiental as novas regras se aplicarão a todos os que ainda não tenham obtido Autorização para Supressão de Vegetação Nativa.

§2º Aplica-se as regras do presente decreto aos empreendimentos que, mesmo que instalados anteriormente à edição deste decreto, venham a obter a licença ambiental corretiva já na sua vigência.

Art.33 Os empreendimentos que, até a data de entrada em vigor deste decreto, já tiverem obtido Autorização para Supressão de Vegetação Nativa, Licença de Instalação ou equivalente, mas não tiverem ainda efetivado a compensação ou reposição florestal, poderão optar por se submeter às novas regras, segundo os critérios de conversão estabelecidos no Anexo II.

Art.34 Todos os laudos técnicos que subsidiem a poda drástica ou supressão de indivíduos arbóreos localizados nas áreas verdes urbanas deverão estar disponíveis para consulta da população.

Art.35 Toda Autorização para Supressão de Vegetação Nativa emitida pelo IBRAM ou pela NOVACAP deverá ser publicada, em até 30 dias de sua emissão, nos respectivos sítios eletrônicos.

Art.36. O “Mapa de Áreas Prioritárias à Conservação e Recomposição do Cerrado no Distrito Federal” será publicado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF, em até 120 (cento e vinte) dias da publicação deste decreto.

Parágrafo único. A SEMA/DF atualizará o mapa a cada 5 (cinco) anos, a partir de proposta técnica apresentada pelo IBRAM.

Art.37 O IBRAM terá:

I – Até a data de entrada em vigor desde decreto para:

a) definir a taxa de conversão prevista no art.26;

- b) estabelecer os parâmetros e indicadores para aferição dos resultados do processo de recomposição de áreas degradadas e alteradas, bem como do status de conservação da vegetação nativa;
- c) definir os critérios técnicos para elaboração do inventário florestal previsto no art.3º, III.

II – Até 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor deste decreto para:

- a) definir os indicadores de uso produtivo da área convertida, como previsto no art.3º, §6º;
- b) criar e disponibilizar um banco de áreas privadas disponíveis para compensação florestal, como disposto no art.16, §3º.
- c) criar e disponibilizar em seu sítio eletrônico um banco de dados com todos os TCCF firmados desde a entrada em vigor deste decreto e com a localização das áreas que tenham sido conservadas ou recuperadas por meio da compensação ambiental.

III – Até 360 (trezentos e sessenta) dias da entrada em vigor desde decreto para:

- a) definir os procedimentos para declaração de indivíduos arbóreos imunes ao corte, como estabelecido no art.31, §2º;
- b) disponibilizar formulário eletrônico para registro de supressão de regeneração natural, tal como definido no art.5º, §3º;
- c) disponibilizar formulário eletrônico para registro de supressão de árvores isoladas em área rural, tal como definido no art.9º, §3º;
- d) disponibilizar formulário eletrônico para registro de plantio e exploração de indivíduos arbóreos nativos em área de uso alternativo do solo, tal como definido no art.8º, §2º.

Art.38. Esse decreto entra em vigor em 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Art.39. Revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Distrital nº 14783/93 e suas alterações posteriores.

Brasília, xx de xx de 2017

129º da República e 58º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

ANEXO I – MÉTODO DE CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO FLORESTAL

1. Introdução

A compensação florestal devida em função da conversão de remanescente de vegetação nativa situado em área urbana ou rural para implantação de parcelamento do solo ou edificação para fins urbanos, tal como definido nos artigos 12 e 14 deste decreto, será calculada de acordo o método estabelecido neste anexo.

2. Do método de cálculo

A compensação florestal será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (Fp \div Fa) \times AS$$

Onde:

AC = Área Compensada: área, medida em hectares, na qual haverá a compensação florestal por meio da recuperação ou da conservação de remanescente de vegetação nativa.

Fp = Fator Passivo, calculado de acordo com a fórmula do item 2.1

Fa = Fator Ativo, calculado de acordo com a fórmula dos itens 2.2. e 2.3

AS = Área de Supressão: área, medida em hectares, na qual houve a supressão da vegetação nativa, tal como definido na licença ou autorização ambiental.

2.1.O Fator Passivo (Fp) será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fp = Prd \times Qvn$$

Onde:

Prd (componente de prioridade) = valor atribuído à localização ou não da área na qual houve supressão de vegetação nativa em região prioritária à conservação e recomposição da vegetação nativa no Distrito Federal, as quais estarão estabelecidas no *Mapa de Áreas Prioritárias à Conservação e Recomposição do Cerrado no Distrito Federal*.

Qvn (componente de qualidade da vegetação nativa) = valor atribuído ao grau de conservação da vegetação nativa suprimida, conforme inventário florestal apresentado pelo detentor do passivo florestal.

Os valores de Prd e Qvn para cálculo do Fator Passivo serão os estipulados nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – valores para o componente Prd para cálculo do Fator Passivo

Localização da área onde houve a supressão de vegetação nativa no mapa de áreas prioritárias à conservação e recomposição do Cerrado no Distrito Federal	Valor
Muito Alta Prioridade	2,7
Alta Prioridade	1,7
Média Prioridade	1,2

Tabela 2 – valores para o componente Qvn para cálculo do Fator Passivo

Status de conservação da vegetação suprimida	Valor
Alto	1,8
Médio	1,3
Baixo	1,2

Obs: o IBRAM estabelecerá os parâmetros e indicadores para definição do status de conservação da vegetação nativa

2.2.O Fa (Fator Ativo) para a modalidade de compensação por meio de conservação de remanescentes de vegetação nativa será calculado de acordo a seguinte fórmula:

$$Fa_c = Rd_c \times Prd_c \times Qvn_c$$

Onde:

Rd (componente de raridade) = valor atribuído à localização ou não da área na qual haverá a conservação da vegetação nativa em unidade da paisagem considerada de alta raridade em mapa a ser publicado e atualizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF e pelo IBRAM

Prd (componente de prioridade): valor atribuído à localização ou não da área na qual haverá a conservação da vegetação nativa em região prioritária à conservação e recomposição da vegetação nativa no Distrito Federal, as quais estarão estabelecidas em mapa a ser publicado e atualizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF e pelo IBRAM.

Qvn (componente de qualidade da vegetação nativa): valor devido ao grau de conservação da vegetação nativa a ser protegida conforme inventário florestal apresentado pelo detentor do passivo florestal.

Os valores de Rd_c , Prd_c , Qvn_c e serão os estipulados nas tabelas a seguir:

Tabela 3 – valores do fator Rd_c para fins de conservação

Raridade	Valor
Extremamente Alta	1,2
Outras	0,8

Tabela 4 – valores para o fator Prd_c para fins de conservação

Localização da área a ser conservada no mapa de áreas prioritárias à conservação e recomposição do Cerrado no Distrito Federal	Valor
Muito Alta Prioridade	1,6
Alta Prioridade	1,2
Outras	0,8

Tabela 5 – valores para o fator Qvn_c para fins de conservação

Status de conservação da vegetação	Valor
------------------------------------	-------

conservada	
Alto	1,1
Médio	0,8

2.3.O Fa (Fator Ativo) para a modalidade de compensação por meio de recomposição de área degradada será calculado de acordo a seguinte fórmula:

$$Fa_r = Prd_r \times Qvn_r \times Dgs$$

Onde:

Prd_r (componente de prioridade para fins de recomposição): valor atribuído à localização ou não da área na qual haverá a recomposição da vegetação nativa em região prioritária à conservação e recomposição da vegetação nativa no Distrito Federal, as quais estarão estabelecidas em mapa a ser publicado e atualizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF e pelo IBRAM.

Qvn_r (componente de qualidade da vegetação nativa para fins de recomposição): valor devido ao grau de conservação da vegetação nativa da área na qual haverá a recomposição conforme inventário florestal apresentado pelo detentor do passivo florestal.

Dgs (componente de degradação do solo): deflator aplicado para áreas nas quais haverá recuperação de solos que se encontram alto ou médio estágio de degradação, como forma de incentivo à recuperação dessas áreas.

Os valores de Prd_r , Qvn_r e Dgs para fins de recomposição são os estipulados nas tabelas a seguir:

Tabela 6 – valores para o fator Prd_r para fins de recomposição

Localização da área a ser recomposta no mapa de áreas prioritárias à conservação e recomposição do Cerrado no Distrito Federal	Valor
Muito Alta Prioridade	1,6
Alta Prioridade	1
Média Prioridade	0,75

Tabela 7 – valores para o fator Qvn_r para fins de recomposição

Status de conservação da vegetação onde haverá a recomposição	Valor
Médio (indicadores)	0,75
Baixo (indicadores)	0,9

Tabela 8 – valores para o fator Dgs para fins de recomposição

Status de degradação do solo da área a ser objeto de recomposição	Valor
Muito degradado (com remoção dos horizonte superficial e do subsolo –	1,75

horizontes A e B)	
Degradado (com remoção do horizonte superficial do solo - A)	1,5
Adição de resíduos sólidos no solo (ex: entulho)	0,9
Não degradado	0,75

3. Do método de cálculo da compensação por supressão em Área de Preservação Permanente – APP

Quando houver supressão de vegetação em APP, aplicar-se-á a mesma regra para o cálculo da compensação prevista no item II, considerando-se que incidem as seguintes regras específicas:

- A compensação terá que ser sempre realizada por meio de recomposição da vegetação nativa, aplicando-se, portanto, os valores de Prd_r , Qvn_r e Dgs estipulados nas tabelas 6, 7 e 8;
- A restauração terá que sempre ocorrer em outra APP do mesmo tipo, vale dizer, se a área onde houve desmatamento era uma mata ciliar, terá que ser recuperada outra mata ciliar, se era uma borda de chapada, terá que ser recuperada outra borda de chapada e assim por diante;
- A área a ser objeto de recuperação nunca poderá ser menor do que duas vezes a área na qual houve a supressão, como determina o §1º do art.45 da Lei Distrital 3031/02, de forma que quando os cálculos indicarem uma área menor, deve-se recuperar o dobro da área suprimida.

4. Do método de cálculo da reposição florestal

4.1. Para se calcular a área a ser objeto de reposição florestal, tal como definida no art.22, se aplicará a seguinte fórmula:

$$AR = (Fp \div Fa) \times AS \times 0,2$$

Onde:

AR = Área Reposta: área, medida em hectares, na qual haverá a reposição florestal por meio da recomposição da vegetação nativa.

Fp = Fator Passivo, calculado de acordo com a fórmula do item 2.1.

Fa = Fator Ativo, calculado de acordo com a fórmula do item 2.3.

AS = Área de Supressão: área, medida em hectares, na qual houve a supressão da vegetação nativa, tal como definido na licença ou autorização ambiental.

ANEXO II – MÉTODO DE CÁLCULO PARA CONVERSÃO DE OBRIGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL A ESTE DECRETO

1. Introdução

Os empreendimentos que, até a data de entrada em vigor deste decreto, já tiverem obtido Autorização para Supressão de Vegetação Nativa, Licença de Instalação ou equivalente, mas não tiverem ainda efetivado a compensação ou reposição florestal, poderão optar por se submeter às novas regras de compensação, segundo os critérios de conversão estabelecidos neste anexo. O objetivo deste anexo é converter a obrigação assumida em número de mudas a serem plantadas em obrigação de conservação ou recuperação de área determinada com vegetação nativa.

2. Condição para conversão

Para que os empreendimentos de que trata esse anexo possam optar por realizar a compensação florestal segundo as formas previstas no art.15 é necessário, para além do disposto na introdução, que seu titular já tenha assinado um Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF no qual se estabeleça a quantidade de mudas devidas a título de compensação florestal. Caso o empreendimento não tenha um TCCF, mas cumpra com as condições estabelecidas no art. 33, deverá ser feito o cálculo de mudas devidas, com base nas disposições do Decreto Distrital nº 14783/93, a saber:

- a) 30 mudas de indivíduos arbóreos nativos para cada indivíduo arbóreo nativo suprimido;
- b) 10 mudas de indivíduos arbóreos nativos para cada indivíduo arbóreo exótico suprimido.

3. Cálculo da conversão

Para se calcular a área a ser conservada ou recuperada pelo empreendedor deve-se seguir a fórmula definida no Anexo I. Para se aplicar essa fórmula, no entanto, deve-se utilizar os seguintes fatores:

- a) a AS (Área de Supressão), definida no item 2 do Anexo I, será calculada dividindo-se o número de mudas devidas por 8000 (oito mil), que é o número médio de indivíduos arbóreos por hectare de vegetação nativa do Cerrado no Distrito Federal
- b) O Q_{vn} (componente de qualidade da vegetação nativa) para cálculo do Fator Passivo será sempre considerado médio, conforme tabela 2 do Anexo I
- c) O Prd (componente de prioridade) para cálculo do Fator Passivo será sempre considerado como Alta Prioridade, conforme tabela 1 do Anexo I

4. Exemplo

A título ilustrativo, para se calcular a conversão de uma obrigação de compensação florestal de 150.000 (cento e cinquenta mil mudas) às regras deste decreto, deve-se proceder da seguinte forma:

- 1) Cálculo da AS (área de supressão)

$AS = \text{número de mudas devidas} \div 8000$

$AS = 150.000 \div 8000 = 18,75 \text{ hectares}$

- 2) Cálculo do Fator Passivo (Fp)

$$Fp = Prd \times Qvn$$

$$Fp = 1,7 \times 1,3 = 2,21$$

- 3) Cálculo do Fato Ativo (Fa) considerando que a compensação ocorrerá por meio da conservação de remanescente numa área considerada de Muito Alta Prioridade para conservação e recuperação (Prd = 1,6) e com vegetação com status alto de conservação (Qvn = 1,1), não considerada extremamente rara do ponto de vista ecológico

$$Fac = Rd \times Prd \times Qvn$$

$$Fac = 1 \times 1,6 \times 1,1 = 1,76$$

- 4) Cálculo da Área de Compensação (AC)

$$AC = (Fp \div Fac) \times AS$$

$$AC = (2,21 \div 1,76) \times 18,75 = 23,5 \text{ hectares}$$

Versão Casa Civil

ANEXO III – MÉTODO DE CÁLCULO PARA CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL EM RECURSOS FINANCEIROS

1. Do método de cálculo

A conversão da obrigação de compensação florestal em recursos financeiros será feita de acordo com o seguinte método de cálculo:

I – define-se a Área de Compensação (AC) de acordo com os critérios definidos no anexo I, considerando que a compensação ocorreria numa área a ser recomposta localizada em região de baixa importância ($Prd_r = 0,8$), em remanescente com baixo grau de conservação ($Qvn_r = 0,8$) e solo não degradado ($Dgs = 0,8$).

II – uma vez definida a Área de Compensação (AC), multiplica-se essa área pela taxa de conversão de R\$ 30.000/ha (trinta mil reais por hectare), referente ao custo médio, por hectare, de recomposição da vegetação nativa pelo método do plantio de mudas no Distrito Federal.

Exemplo:

- a) área desmatada: 30 hectares, em área de média prioridade ($Prd = 1,2$) e com vegetação de baixo grau de conservação ($Qvn = 1,2$)
- b) áreas que pode ser objeto de conversão em recursos financeiros: $30 \times 0,5$ (50% do passivo) = 15
- c) área que seria objeto de recomposição (segundo método de cálculo do anexo I):

$$AC = (Fp \div Fa_r) \times AS = (1,44 \div 0,512) \times 15 = 42,1 \text{ hectares}$$

- d) valor a ser depositado: $42,1 \times R\$ 30.000 = R\$ 1,26$ milhões.

2. Da atualização do fator de conversão

O valor para conversão estabelecido no inciso II do item 1 será atualizado anualmente, na data de aniversário da publicação deste Decreto, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

O IBRAM atualizará a cada cinco anos o valor da taxa de conversão, a qual deverá refletir o custo médio, por hectare, de restauração da vegetação nativa no Distrito Federal e entorno, incluindo os custos incorridos para o planejamento, preparo de solo, plantio, instalação de infraestrutura de proteção (cercas, aceiros, etc.), monitoramento, manejo, enriquecimento e outras atividades necessárias à efetiva recomposição da vegetação nativa na área degradada.